



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DA AMMVI

Data: 10 de novembro de 2016

Horário: 09h às 12h

Local: Sala Vale Europeu da AMMVI

Presenças:

Benedito Novo – Flávio Holdorf; Botuverá – Maicon dos Santos; Gaspar – Fernanda Gellati; Guabiruba – Bruna Eli Ebele; Indaial – Carmelita Vicensi; Pomerode – Jaime Jensen e David; Rodeio – Douglas Frankenberger.

Entidades: Simone, Dominique e Marina – AMMVI.

Total: 11 participantes.

Pauta:

1. Proposta de regulamentação das atividades de terraplanagem para os municípios da AMMVI
2. Controle Social para recursos de saneamento básico – FUNASA.
3. Planos Municipais de Saneamento Básico.
4. Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) Resíduos Sólidos.
5. TAC Saneamento.
6. Relatório de Atividades do Colegiado.
7. Informes.
8. Assuntos gerais.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

1. PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE TERRAPLANAGEM PARA OS MUNICÍPIOS DA AMMVI

No dia 08/11/2016 das 8h às 12h, a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – AMMVI promoveu a apresentação para as empresas executoras de terraplanagem do Médio Vale do Itajaí da proposta de regulamentação das atividades de terraplanagem para os municípios associados à AMMVI, o qual foi elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) de terraplanagem com parceria do Ministério Público de Santa Catarina.

Na ocasião foi apresentado o GT de Terraplanagem, o motivo de seu surgimento e a metodologia de trabalho para a discussão de temas chaves, justificativa para regulamentação dos serviços de terraplanagem nos municípios e a Proposta de Regulamentação. No final do evento, o GT promoveu uma mesa redonda para discussão da proposta apresentada. Sendo que uma das sugestões apresentada foi a abertura da proposta para consulta pública.

A proposta de regulamentação seria apresentada para os integrantes do colegiado, no entanto, como será colocado em consulta pública, a regulamentação poderá ser analisada posteriormente.

2. CONTROLE SOCIAL PARA RECURSOS DE SANEAMENTO BÁSICO – FUNASA

Foi encaminhado para os municípios o Ofício Circular nº 06/Presi/Funasa, o qual menciona que “os entes federativos, deverão instituir, por lei específica, os Conselhos de controle social dos serviços públicos de saneamento, admitindo a possibilidade de promover adaptações de atribuições e composição em Conselhos já existentes e legalmente constituídos. Lembrando que foi vedado o acesso a recursos federais a aqueles que não instituírem o controle social por órgão colegiado, como previsto em lei”.

No intuito de adequar tal requisito, verificou-se que os municípios possuem Conselho específico de Saneamento ou outro que possua as mesmas atribuições e representações. Nesse sentido, foi solicitado para que todos encaminhem a Legislação e o regimento interno de seus conselhos para que seja realizada a análise e a sugestão de adequação dos mesmos.

Encaminhamento:

1. Existe conselho de Saneamento, Meio Ambiente ou outro com atribuições referentes ao Saneamento?
2. Encaminhar cópia da lei e Regimento Interno.

3. PLANOS MUNICIPAIS DE SANEAMENTO BÁSICO

O Plano Municipal de Saneamento (PMSB) é uma ferramenta primordial de gestão e planejamento na busca do acesso, a toda a população, aos serviços de saneamento básico garantindo dessa forma os níveis adequados de saúde pública.

De acordo com o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, art. 25, § 4o, “*O plano de saneamento básico será revisto periodicamente, em prazo não superior a quatro anos, anteriormente à elaboração do plano plurianual*”.

Para isso, a Assessoria de Saneamento e Meio Ambiente está assessorando os municípios na revisão dos planos. Nos municípios maiores como Blumenau, Gaspar e Pomerode foi realizado o acompanhamento da revisão e nos municípios menores como Benedito Novo, Rio dos Cedros, Ascurra e Doutor Pedrinho está assessorando e fomentando a revisão.

Segue abaixo a metodologia a ser adotada:



Na primeira etapa, após Decreto de comissão aprovado, é um momento de conhecer a realidade do município, atualizando os dados do Plano anterior, resumindo todos os volumes em um único, para posteriormente contemplar a participação social.

As reuniões iniciais foram feitas nos municípios nas seguintes datas:

- Benedito Novo – 26 de abril de 2016
- Doutor Pedrinho – 16 de maio de 2016
- Rio dos Cedros – 24 de maio de 2016
- Ascurra – 01 de setembro de 2016

Abaixo segue a ordem de revisão dos Municípios da AMMVI:

Ordem de prioridade da Revisão		Situação
Municípios	Data	
1 - Blumenau	(10/12/2012)	A empresa SERENCO de Curitiba está finalizando a revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), está previsto que o Plano Municipal de Resíduos Sólidos esteja contido no PMSB. Além disso, o Conselho municipal de Meio Ambiente, dividiu-se em quatro grupos de acordo com os setores de Saneamento para analisar os produtos que a empresa elaborará.
2 - Gaspar	(6/4/2014)	Já foi para Audiência, e está em trâmites na Câmara de Vereadores para sua aprovação
3 - Pomerode	(12/7/2015)	Aprovado Água e Esgoto em 2015
4 - Indaial	(20/12/2015)	Em trâmites para Contratação da Empresa
5 - Doutor Pedrinho	(6/3/2016)	Aguardando publicação da comissão para revisão
6 - Benedito Novo	(14/3/2016)	Portaria com a comissão publicado, início da revisão em fevereiro/2017
7 - Rio dos Cedros	(17/4/2016)	Decreto com a comissão publicado, início das reuniões de revisão 24/05/2016
8 - Ascurra	(21/6/2016)	Decreto com a comissão publicado, início das reuniões de revisão 01/09/2016
9 - Timbó	(14/8/2016)	Necessário verificar a situação
10 - Botuverá	24/09/2016	Estão planejando iniciar em 2017
11 - Brusque	(08/04/2017)	
12 - Apiúna	(12/09/2017)	
13 - Guabiruba	20/12/2017	
14 - Rodeio	16/12/2019	

3. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC) RESÍDUOS

A AMMVI tomou conhecimento que o Ministério Público instaurou inquéritos civis para coletar informações acerca da situação da coleta e tratamento de resíduos sólidos em todos os municípios da



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

Associação, a fim de propor um Termo de Ajustamento de Conduta para a coleta e o tratamento adequado dos resíduos recicláveis.

No intuito de verificar o que seria solicitado no TAC e também de apresentar os diversos trabalhos que os municípios possuem junto à AMMVI, foi realizada uma reunião, no dia 03 de outubro, com o Promotor Regional de Meio Ambiente, Leonardo Todeschini e encaminhado um ofício detalhando os projetos e propondo a apresentação de um cronograma para andamentos sobre este tema no próximo ano.

5. TAC SANEAMENTO

Anualmente os municípios que assinaram o TAC, emitem um Relatório ao Ministério Público (MP) listando situações avançadas e os motivos das não conformidades naquele ano. De acordo com o Inquérito Civil assinado, deveria ser emitido tal relatório no mês de outubro. Porém a AMMVI entrou em contato com o Promotor Leonardo Todeschini, que solicitou que os municípios aguardem a entrega do 6º Monitoramento e o encaminhamento de Ofício da Promotoria solicitando informações, para assim encaminharem resposta ao MP.

Para entrega do 6º Material, será realizado o V Seminário de Extensão Cidadania pela água na Bacia do Itajaí, na data de 06 de dezembro.

A AMMVI realiza um monitoramento do Monitoramento, dessa forma assessorando e orientando os municípios a responderem adequadamente e cumprirem as Cláusulas com maiores dificuldades.

6. RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO COLEGIADO

Foi realizado brevemente a leitura do relatório de atividades do colegiado. Solicitamos novamente a leitura para contribuições e adaptações necessárias.

7. INFORMES

- Colaborador

O setor conta com uma nova estagiária Marina Dos Santos Hoffmann, estudante de Engenharia Ambiental.

- Diagnóstico Socioambiental

O Diagnóstico Socioambiental vem sendo realizado para o município de Indaial e Rio dos Cedros. Com relação a descrição do diagnóstico já foi enviado o Item 1 – Características Físico Ambientais, para alterações, sugestões e contribuições para ambos os municípios.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

Com relação ao mapeamento, nesse momento, vêm-se trabalhando no mapa de áreas naturais e antropizadas para adequação da Área Urbana Consolidada. Depois da finalização deste trabalho nestes municípios, a metodologia será replicada para os demais municípios associados a AMMVI.

Solicitamos que em caso de recebimento de ofício do Ministério Público em relação à este tema, entrar em contato com a AMMVI para auxílio e orientações.

- Consórcio Licenciamento Ambiental

Neste ano, a diretoria da AMMVI iniciou discussões sobre a municipalização do Licenciamento Ambiental através de Consórcio. Iniciou-se a busca de algumas experiências e troca de informações com o Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário do Meio Oeste Contestado (CPIMMOC) que já iniciou a realização do licenciamento ambiental para seus municípios, além disso, foram realizadas reuniões com o Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONSEMA), que aprova o exercício do licenciamento ambiental por parte do Poder Público Municipal e com o órgão ambiental estadual (FATMA), no intuito de verificar questões de estrutura e demandas.

A partir disso, a ideia inicial era constituir um novo consórcio público para esta finalidade. No entanto, por questões financeiras e pôr o Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí (CIMVI) ser um consórcio multifinalitário decidiu-se implementá-lo no mesmo, realizando para tanto a mudança do protocolo de intenções.

No momento, constitui-se uma comissão de prefeitos para análise dessas alterações, a qual deve ser aprovada ainda esse ano e iniciar a implementação no ano de 2017.

Encaminhamento: Reunião para apresentação das alterações no CIMVI e das taxas.

- GT Lodo de ETA

No dia 22 de junho, a AMMVI, juntamente com a AGIR e os representantes do SAMAE Blumenau, participaram de uma reunião com o Ministério Público onde foi discutida a possibilidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para que fosse regularizada a situação das ETA's neste município. Ao mesmo tempo, que a AGIR já vinha cobrando dos municípios alguma busca de solução para o tratamento do lodo.

Neste sentido, o Setor de Saneamento e Meio ambiente da AMMVI, realizou um levantamento, com base nos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e também nos relatórios de fiscalização da AGIR. O tema foi levado ainda, à reunião do Colegiado de Saneamento Ambiental em julho, a fim de apresentar a atual situação e verificar a possibilidade de buscar uma solução consorciada. O SAMAE Pomerode propôs a criação de um Grupo de Trabalho para discutir o tema e dar possíveis andamentos.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466, Velha – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

O GT iniciou os trabalhos em setembro deste ano e já realizou duas reuniões.

- Plano Intermunicipal de Resíduos Sólidos

O plano foi finalizado e encaminhado pelo CIMVI para o e-mail de cada técnico responsável no município. No e-mail enviado o CIMVI, solicita o envio dos volumes impressos para encaminhar para ratificação pelos Municípios.

- Exigência do Ministério Público para desmembramentos

No intuito de buscar outras experiências foi relatado pelo técnico do município de Benedito Novo que o Ministério Público só está liberando os desmembramentos de terrenos que não possuem a rede mista (água pluvial e esgoto sanitário).

8. ASSUNTOS GERAIS